

Percepções de Gestores Públicos sobre a Influência de Soluções Sustentáveis para o Desenvolvimento de um Município do Nordeste Brasileiro

ISRAEL TEIXEIRA JESUINO

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ (UECE)

JOÃO PEDRO MELO SANTOS MARTINS

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ (UECE)

EMILY MARIA DE SOUSA SANTOS

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ (UECE)

ALDENIZE MARIA CHAVES DE MENDONÇA

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ (UECE)

ELIAS PEREIRA LOPES JÚNIOR

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI (UFCA)

Agradecimento à órgão de fomento:

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES).

Percepções de Gestores Públicos sobre a Influência de Soluções Sustentáveis para o Desenvolvimento de um Município do Nordeste Brasileiro

1 INTRODUÇÃO

A sustentabilidade, antes marginal, tornou-se eixo estratégico das políticas públicas globais. No plano regional, destaca-se a sustentabilidade municipal, baseada na integração social, ambiental e econômico-financeira para uma gestão pública eficiente e inclusiva (Paes Silva; Cunha, 2024). Estudos recentes reforçam o papel do desenvolvimento sustentável e da economia circular na transformação regional (Fernandes *et al.*, 2024; Oliveira, 2023), mas sua eficácia depende do engajamento dos gestores públicos na formulação e implementação dessas políticas.

Nesse contexto, este estudo tem como objeto as percepções de gestores públicos sobre a influência de soluções sustentáveis no desenvolvimento socioeconômico, ambiental e cultural de um município do Nordeste brasileiro. Dada a relevância da atuação dos gestores municipais no tema, a questão central que orienta a pesquisa é: Quais são as percepções de gestores públicos municipais sobre a influência de soluções sustentáveis para o desenvolvimento de uma região?

O objetivo geral do estudo é compreender as percepções de gestores públicos municipais sobre a relação entre sustentabilidade e as dimensões econômica, social, ambiental e cultural de uma região. Especificamente, busca-se: a) Conhecer suas percepções sobre as inovações sustentáveis implantadas no município na última década; b) Caracterizar os benefícios ambientais, socioeconômicos e culturais dessas inovações, segundo a visão dos gestores.

No atual cenário de crise climática, instabilidade econômica e desigualdade social, a atuação das administrações municipais torna-se ainda mais estratégica. São os municípios que vivenciam os efeitos diretos das transformações ambientais e sociais, sendo também os primeiros a responder com políticas públicas territoriais. Nesse sentido, o estudo assume um papel de ponte entre os grandes discursos globais e as práticas locais, iluminando o papel decisivo dos gestores públicos na operacionalização do desenvolvimento sustentável.

Nesse sentido, observa-se que, embora existam diretrizes nacionais e internacionais voltadas à sustentabilidade, muitas vezes essas normativas não são plenamente internalizadas pelas gestões locais. Falta-lhes, frequentemente, capacidade técnica, apoio institucional ou articulação política (Simette; Rezende; Sequeira, 2025). Este estudo busca justamente lançar luz sobre esse espaço de mediação — onde o discurso se transforma (ou não) em prática — por meio da escuta ativa de quem formula e implementa políticas públicas no nível municipal.

Posteriormente à introdução, a segunda parte do estudo examina a literatura sobre a institucionalização do desenvolvimento sustentável por meio de iniciativas globais e no papel fundamental da gestão municipal para sua aplicação regional. A terceira parte apresenta a metodologia. A quarta parte é dedicada à análise e discussão dos resultados. Por fim, a quinta parte traz as considerações finais.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)

O desenvolvimento sustentável precisa ser institucionalizado para que avance de forma orientada e eficaz. Segundo Sachs (2004), ele exige o equilíbrio entre dimensões ambiental, social, econômica, territorial e cultural, configurando-se como um projeto civilizatório. Para operacionalizar essa agenda, a ONU criou os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), considerados a maior iniciativa global pela qualidade de vida, redução da pobreza e desigualdades, promovendo direitos humanos e proteção ambiental (Mênezes; Martins, 2021).

Outros métodos que são realizados para garantir o desenvolvimento sustentável são os eventos internacionais como a Conferência das Partes da ONU (COP), é uma série de reuniões internacionais realizadas sob a responsabilidade da ONU. Essas conferências reúnem líderes de

países que são responsáveis por acordos e tratados internacionais específicos para discutir e tomar medidas relacionadas a questões relativas à preservação do meio-ambiente (Araújo; Cordeiro, 2024).

No entanto, a eficácia dessas agendas globais depende da capacidade de traduzir metas e compromissos internacionais em políticas públicas nacionais e locais. Essa articulação exige o fortalecimento da chamada governança multinível, na qual organismos internacionais, governos nacionais, estados e municípios atuam de forma coordenada. Sem essa integração, há o risco de que os ODS e os compromissos climáticos permaneçam apenas como declarações simbólicas, desvinculadas da realidade concreta dos territórios. Nesse sentido, é fundamental que os governos locais sejam não apenas executores, mas também formuladores ativos das estratégias de sustentabilidade, com autonomia técnica e política para adaptar as metas às especificidades regionais (Menêzes; Martins, 2021).

Além disso, o avanço do desenvolvimento sustentável requer um sistema de monitoramento transparente e contínuo, com base em indicadores confiáveis que permitam mensurar o progresso das ações. A institucionalização desse processo passa também pela criação de marcos legais, orçamentários e institucionais que garantam continuidade e coerência das políticas públicas, independentemente de ciclos eleitorais. A longo prazo, a consolidação de uma cultura de planejamento sustentável depende da participação social e da vontade política em todas as esferas de governo (Menêzes; Martins, 2021).

2.2 Sustentabilidade e Desenvolvimento Regional

Com o avanço da industrialização e a urbanização das grandes cidades, a sustentabilidade ganhou centralidade nos debates, visando conciliar desenvolvimento socioeconômico e redução das emissões de gases de efeito estufa. Apesar das controvérsias em torno do conceito, uma forma de mensurar a sustentabilidade é por meio de indicadores que permitem monitorar o crescimento urbano e estabelecer metas (Menêzes; Martins, 2021). O desenvolvimento sustentável, por sua vez, busca o progresso social, político e econômico de forma equilibrada, contrapondo-se ao modelo de desenvolvimento "puro", que, embora gere lucro, nem sempre assegura equidade (Silva; Cunha, 2024). Essa perspectiva é reforçada pela teoria do *Triple Bottom Line* (TBL), ou em português, Tripé da Sustentabilidade, que propõe um equilíbrio entre os retornos financeiro, social e ambiental.

Para Wolffenbüttel e Garcia (2020), o verdadeiro sentido da sustentabilidade no desenvolvimento produtivo — tanto empresarial quanto regional — está ancorado em três práticas: gestão do tempo e espaço na produção, uso racional de recursos finitos e controle dos impactos ambientais. Segundo os autores, essa orientação se traduz em processos que geram menos perdas, reaproveitam recursos ou utilizam matérias-primas renováveis, refletindo uma consciência sobre a finitude dos recursos naturais e a necessidade de geri-los com racionalidade formal. A adesão a práticas e produtos mais eficientes promove um uso mais racional e responsável dos recursos naturais, o que contribui para a sustentabilidade da atividade produtiva. Para os autores, “a contínua modernização da produção possibilita a manutenção do crescimento econômico sobre bases menos agressivas ao ambiente” (Wolffenbüttel; Garcia, 2020, p. 205-206).

Nesse sentido, as organizações públicas e privadas que desejam incorporar a sustentabilidade às suas práticas precisam desenvolver uma cultura organizacional orientada à inovação, transparência e responsabilidade socioambiental (Pinto Sena *et al.*, 2024; Zhou *et al.*, 2024). Mais do que adotar ações pontuais, trata-se de internalizar valores sustentáveis nas rotinas de planejamento, compras, gestão de pessoas e relações institucionais. Essa mudança cultural requer, além de capacitação técnica, liderança política e compromisso institucional com a transformação estrutural das práticas organizacionais. A sustentabilidade, portanto, não se

limita a técnicas ou tecnologias “verdes”, mas implica uma nova forma de pensar e gerir os processos produtivos e decisórios (Pereira; Costa, 2023; Lemos *et al.*, 2024).

A sustentabilidade se amplia ao ser ligada à satisfação das necessidades humanas, especialmente das populações mais humildes. Para Menêzes e Martins (2021), isso requer mudanças de comportamento, com participação democrática e ética. Fernandes e Souza (2024) ilustram essa visão ao mostrarem, em uma comunidade amazonense, como o envolvimento comunitário aliou criatividade, preservação ambiental e fortalecimento econômico, dentro de uma lógica ética do desenvolvimento sustentável. Essa experiência reforça a ideia de que o desenvolvimento sustentável deve emergir das realidades locais, reconhecendo saberes territoriais e promovendo justiça social em sintonia com a conservação ambiental.

2.3 Gestão Municipal

A gestão municipal é um dos principais pilares para a promoção de políticas públicas efetivas voltadas à sustentabilidade e ao desenvolvimento local. Segundo os estudos analisados, destaca-se que o planejamento estratégico no âmbito dos municípios é essencial para garantir a alocação eficiente dos recursos públicos, especialmente em contextos de limitações orçamentárias e carência de infraestrutura (Silva; Cunha, 2023). A ausência de planejamento integrado e orientado por indicadores confiáveis pode levar a problemas administrativos recorrentes, que comprometem a entrega de serviços e a confiança da população nas instituições públicas (Silva; Cunha, 2023).

No contexto da sustentabilidade, a gestão municipal demanda o uso contínuo de indicadores de desempenho, que exercem a dupla função de diagnosticar e monitorar as ações implementadas. Esses indicadores são fundamentais para subsidiar políticas públicas baseadas em evidências, possibilitando mensurar resultados e orientar a tomada de decisão com base em critérios técnicos e objetivos (Silva; Cunha, 2023). Além disso, a literatura aponta que uma gestão municipal sustentável requer alinhamento com os ODS, o que pressupõe uma atuação integrada entre as dimensões social, ambiental e econômico-financeira (Sachs, 2004). Dessa forma, compreende-se que uma gestão pautada em práticas sustentáveis e avaliação técnica contribui para a construção de cidades mais justas, resilientes e eficientes, especialmente em contextos com desafios estruturais, sendo os marcos legais e institucionais peças-chave para transformar o planejamento em ações concretas e fiscalizáveis.

Para além do planejamento e da mensuração, a sustentabilidade na esfera local também exige mecanismos de governança participativa, nos quais a sociedade civil, os conselhos municipais e os diferentes atores do território sejam incorporados às etapas de formulação, implementação e avaliação de políticas públicas. Essa participação qualificada amplia a legitimidade das decisões e favorece soluções mais alinhadas às realidades locais, promovendo inclusão social e fortalecimento democrático. Em municípios com forte desigualdade social, esse aspecto torna-se ainda mais relevante, pois permite que as prioridades das populações historicamente marginalizadas sejam reconhecidas na agenda pública.

Outro aspecto complementar envolve a incorporação de inovação tecnológica e digitalização dos serviços públicos como ferramenta para ampliar a eficiência da gestão e a transparência das ações. Softwares de gestão integrada, sistemas de georreferenciamento e painéis de monitoramento de indicadores ambientais, por exemplo, vêm sendo adotados por diversas prefeituras brasileiras como forma de qualificar o planejamento urbano e ambiental, embora ainda enfrentem barreiras de infraestrutura e capacitação técnica, essas tecnologias têm potencial de apoiar a sustentabilidade a partir da melhoria da coleta de dados, da automatização de processos e da aproximação entre governo e cidadão (Simette; Rezende; Sequeira, 2025).

3 METODOLOGIA

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, conforme Minayo (2016), visando compreender a natureza do objeto investigado, como ele se manifesta e suas implicações (Silverman, 2009). Essa abordagem permite uma aproximação com o fenômeno social, favorecendo a análise das percepções e motivações dos sujeitos em relação às ações que desempenham (Godoi; Balsini, 2006).

Esta pesquisa de campo teve como objetivo compreender as percepções de gestores públicos sobre a influência de soluções sustentáveis no desenvolvimento de um município do Nordeste brasileiro. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas, método que permite acessar as experiências dos sujeitos em seus contextos concretos (Poupart, 2008), com amostragem por homogeneização, voltada à seleção de participantes com perfil alinhado ao objeto de estudo (Pires, 2008). Os gestores participaram voluntariamente, mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), com garantia de anonimato conforme o termo de confidencialidade.

A opção pelas entrevistas semiestruturadas justifica-se pela flexibilidade que essa técnica proporciona, permitindo ao pesquisador captar não apenas as informações objetivas, mas também os sentidos atribuídos pelos sujeitos às suas práticas. Essa flexibilidade foi essencial para explorar nuances e contradições nas falas dos gestores, possibilitando uma leitura mais densa das dinâmicas institucionais e políticas envolvidas.

O roteiro de entrevistas dividiu-se em três momentos, contendo no primeiro momento a coleta de dados de caracterização do entrevistado, como idade, estado civil, escolaridade, área de formação, cargo/função atual, tempo na gestão pública e tempo no cargo atual. No segundo momento, foi realizado o convite aberto à livre expressão do entrevistado sobre o tema "Inovações Sustentáveis do Município". O momento possuía ainda questões de apoio para aprofundar aspectos como: impactos percebidos nas dimensões econômica, social, ambiental e cultural; formas de participação da população; e sugestões de soluções sustentáveis ainda não implementadas. O terceiro momento foi utilizado para agradecimento pela participação do entrevistado, deixando aberto a alguma colocação extra e encerramento da entrevista.

Durante o processo, o pesquisador assumiu uma postura reflexiva, consciente de sua interferência na produção dos dados, o que demandou atenção constante à escuta ativa e ao manejo ético das interações. Essa atuação foi fundamental para criar um ambiente de confiança e garantir a profundidade dos relatos, respeitando as singularidades de cada entrevistado. O cruzamento das informações coletadas com os referenciais teóricos permitiu uma análise interpretativa crítica, reforçando a coerência metodológica e a robustez analítica da pesquisa.

Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com cinco gestores públicos de diferentes áreas da administração municipal, escolhidos por sua interface com a sustentabilidade. Conduzidas entre maio e junho de 2025, as entrevistas somaram 148 minutos e 42 segundos de gravação, resultando em 69 páginas transcritas. Os dados foram anonimizados com nomes fictícios, e a coleta foi encerrada por saturação empírica, conforme Fontanella *et al.* (2008).

Quadro 1 - Dados de caracterização dos entrevistados

(continuação)

Nome fictício	Idade	Estado Civil	Escolaridade	Área de Formação	Tempo na Gestão Pública	Tempo no Cargo Atual
Rogério	39	Solteiro	Superior Incompleto	Tecnologia da Informação	5 meses	5 meses
Renata	63	Divorciada	Pós-graduação completo	Serviço Social	20 anos	5 meses

Quadro 1 - Dados de caracterização dos entrevistados

(conclusão)

Nome fictício	Idade	Estado Civil	Escolaridade	Área de Formação	Tempo na Gestão Pública	Tempo no Cargo Atual
José	67	Casado	Superior Incompleto	Contabilidade	4 anos	5 meses
Paula	37	Divorciada	Pós-graduação completo	Turismo	20 anos	5 meses
Karen	35	Casada	Superior Completo	Direito	8 anos	5 meses

Fonte: elaborado pelos autores (2025).

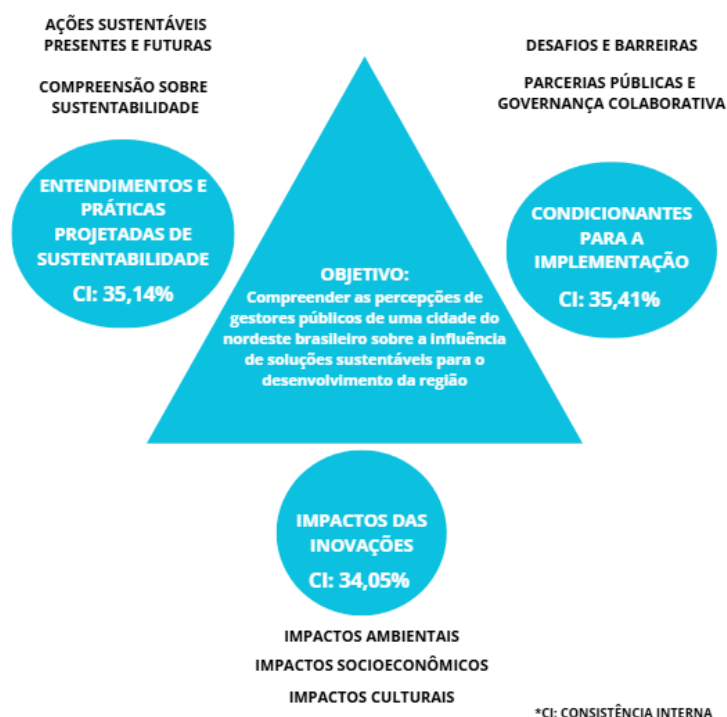
A análise dos dados foi realizada com base na técnica de Análise Temática de Conteúdo (ATC), segundo os referenciais de Minayo (2016) e Bardin (2011). O material textual foi então codificado e organizado em categorias temáticas por meio do *software* Atlas.ti, que possibilitou a criação de códigos analíticos e agrupamento em núcleos de sentido relevantes para os objetivos da pesquisa.

A validação dos temas identificados na análise temática ocorreu em três etapas. Inicialmente, foi realizada uma validação entre pares por meio de categorização cruzada, na qual dois grupos de pesquisadores organizaram e discutiram os códigos de maneira independente, garantindo maior rigor na definição e agrupamento dos núcleos de sentido. Em seguida, aplicaram-se testes de representatividade, que avaliaram a proporção de participantes cujas narrativas contemplavam conteúdos relacionados a cada tema em relação ao total de entrevistados. Por fim, a consistência interna foi verificada a partir da análise da homogeneidade dos registros codificados em cada tema, considerando a proporção de trechos associados em relação ao conjunto total de dados. Os resultados apontaram altos índices de representatividade e consistência interna, reforçando a robustez analítica e a confiabilidade das categorias estabelecidas para a discussão dos achados.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Após a análise das transcrições, organização e categorização das narrativas coletadas nas entrevistas, foram identificadas as seguintes categorias: i) Entendimento e Práticas projetadas de sustentabilidade; ii) Condicionantes para a implementação e iii) Impactos das Inovações, conforme apresentado na Figura 1. As categorias serão discutidas ao longo desta seção.

Figura 1 - Categorias e temas emergentes da análise dos núcleos de sentido



Fonte: elaborado pelos autores (2025).

4.1 Entendimentos e Práticas Projetadas de Sustentabilidade

Na categoria Entendimentos e Práticas Projetadas de Sustentabilidade, os temas analisados foram ações sustentáveis presentes e futuras e a compreensão sobre sustentabilidade. O foco está em como os gestores públicos concebem e projetam a sustentabilidade em seus contextos, revelando se há coerência entre discurso e intenção. As entrevistas evidenciam uma percepção da sustentabilidade não apenas como pauta administrativa, mas como uma questão de sobrevivência para as espécies e futuras gerações, reforçando sua urgência e centralidade na agenda pública:

Isso, na verdade, envolve muitos aspectos, inclusive a condição social da população, a desigualdade social, as injustiças sociais, porque diante desses fenômenos climáticos que nós estamos presenciando, a população sofre muito (...). Então, os impactos com relação à proteção ou não do meio ambiente recaem diretamente sobre a nossa população, principalmente a situação da população em situação de vulnerabilidade social, de extrema pobreza. Entendeu? (Renata).

Porque se torna ecologicamente melhor, é saúde, né? Sustentabilidade é saúde também (Paula).

A gente apoia, primeiramente, a questão da sustentabilidade. Eu acredito que seria muito importante que as pessoas continuem... Programando a vida delas para esse sentido (...), sustentável. É muito importante para a natureza, muito importante para o nosso meio ambiente, é muito importante para gerações futuras, A gente tem que ter essa consciência (Karen).

Esses relatos mostram que a sustentabilidade é vista como uma condição indispensável e uma resposta essencial à crise ambiental, conforme apontam Sachs (2004) e Leff (2006). A Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (1987) reforça essa urgência, vinculando o tema à responsabilidade intergeracional. Além disso, os gestores identificam um déficit significativo no desenvolvimento sustentável da região, evidenciando a necessidade de avanços:

(...) digamos, entrando como contraponto nessa espoliação imobiliária que está acontecendo aqui (na região), essas áreas de desmatamento, destruindo a nossa

biodiversidade. Então, essa distribuição de mudas dessas árvores nativas, eu acho isso também muito importante na participação e no controle social da sociedade, através dos conselhos (Renata).

Tem grandes empresas que poluem o nosso meio ambiente, nossos mananciais com estação de tratamento. Eu não vou citar nomes por questão de ética, mas é descartado em todas as lagoas, em todos os canais, ou seja, mananciais do nosso município (José).

Os gestores criticam, de forma velada ou direta, as dinâmicas predatórias do crescimento urbano e industrial, que aprofundam desigualdades socioambientais e comprometem os ecossistemas locais. Poluição, resíduos e desmatamento são citados como sintomas de um modelo insustentável. Nesse contexto, a educação para a sustentabilidade é vista como estratégia central, tanto em contextos formais quanto informais, para a formação de uma consciência crítica socioambiental. Essa perspectiva está alinhada com Gadotti (2000) e com o Plano Nacional de Educação Ambiental (BRASIL, 2005), que reconhece a educação como base para a cidadania ecológica e para a adoção de práticas sustentáveis.

Eu defendo que a gente tem que trabalhar essa parte da educação ambiental e o principal gargalo é esse hoje (Rogério).

(...) a sensibilização nas escolas com as campanhas educativas (Renata).

Mas aí eu volto, batendo a mesma tecla que tem que começar a conscientização dentro das escolas (José).

Então, eu acho que tudo que a gente leva para dentro da escola, ela sempre é muito válida. Então, trabalhar na educação ambiental é algo que a gente consegue entrar mais, entrar mais fazendo essa questão das pessoas se conscientizarem, né? (Karen).

Paralelamente ao discurso voltado à educação ambiental e à formação de uma consciência crítica, os entrevistados destacam a execução de ações pontuais já implementadas ou projetadas como estratégias complementares no enfrentamento dos desafios socioambientais. Tais ações — a exemplo da criação de ecopontos, distribuição de mudas de espécies nativas, oficinas de reciclagem, projetos de monitoramento ambiental e fortalecimento da fiscalização urbana — configuram-se como intervenções práticas que traduzem a agenda sustentável em medidas concretas no território:

E, também criando ecopontos. Além das ecobarreiras, ecopontos em quatro pontos da cidade. (...) nós temos a distribuição de mudas e de plantas nativas. (Rogério).

De repente, fazer oficinas. A gente também já tem ideias de oficinas para que a pessoa que vive do artesanato, ela ‘repasse’ a experiência dela para essas gerações futuras (Karen).

(...) esse projeto que tem a preservação das tartarugas marinhas, do (secretaria), envolvendo o monitoramento desses ninhos (Renata).

A fiscalização pela TUR, já que eu vou passar o carro particular pela praia, pelas dunas, atrapalha a rota, né? A sujeira aumenta, né? Então, essa questão da fiscalização para a gente manter a praia limpa, ela é muito importante. A gente vem batendo muito nessa tecla, né? (Paula).

Os relatos dos gestores evidenciam uma visão ampliada da sustentabilidade, entendida como condição essencial à sobrevivência humana e à preservação dos ecossistemas. Essa compreensão integra preocupações ecológicas às realidades locais, destacando a educação ambiental como eixo transformador e a importância de ações práticas e políticas públicas. A crítica à degradação ambiental e o foco na responsabilidade intergeracional apontam para um discurso alinhado a uma gestão voltada ao desenvolvimento sustentável.

4.2 Condicionantes para a implementação

A categoria “Condicionantes para a implementação” refere-se a fatores que influenciam de forma positiva ou negativa a implementação de ações sustentáveis na região de estudo, tais como estratégias colaborativas e limites estruturais. Essa categoria está dividida em dois diferentes temas: (i) Desafios e barreiras, com dois subtemas: Aspectos internos à gestão pública, e aspectos relacionados à população e às empresas; e (ii) Parcerias públicas e

governança corporativa, com quatro subtemas: Parcerias e Diálogo entre Secretarias; Relação com Outros Níveis de Governo; Relação com o Legislativo; e Parcerias com Instituições.

No tema ‘Desafios e barreiras’, a análise revelou fatores internos à gestão pública que dificultam a implementação de soluções sustentáveis na região. Tais fatores decorrem da má performance de gestores e instituições, somada a limitações orçamentárias e estruturais — elementos típicos de estruturas burocráticas racionais, porém inflexíveis, como aponta Weber (1947). A lentidão do setor e a desorganização herdada de gestões anteriores foram citadas como entraves:

(...)A maior dificuldade foi receber de uma gestão de oposição, com muitos desandes, com muitas coisas que não seguem o protocolo, não seguem o... E muita coisa sumida. Se você procura o processo do encontro, procura o contrato do encontro, as coisas foram surgindo, muitas novidades foram surgindo (Rogério).

Dessa forma, soma-se a letargia do setor às condições externas, tais como déficit de recursos financeiros e déficit de recursos humanos, ocorrendo assim um retrocesso nos processos de implementação das soluções sustentáveis da região. Para três dos cinco gestores entrevistados, percebeu-se uma maior angústia em relação à falta de recursos financeiros:

(...) a gestão passada deixou um déficit de quase um milhão de reais para todos os contratos aqui com dívida, né? E aí a gente tá lutando também para regularizar a Certidão do município, tanto a Estadual como a Federal estão com a inadimplência, então não adianta, também no Estado, conseguir recurso e na hora de assinar o convênio não vem, não vem dinheiro pra nada (...). Mas, não está vindo recurso. Tentando regularizar a parte fiscal e financeira do município para poder fazer essa captação de emendas parlamentares, recursos (Paula).

(...) a gente deve 30 milhões, mas não vamos pagar agora, nós não temos dinheiro. Nós temos um acumulado, nós temos esse aumento de 35%, nós não podemos acertar agora (Rogério).

Eram para ser onze espigões e foram construídos três espigões, e aí a luta está grande para fazer, porque hoje a gente passa pelo estado de calamidade, o município (...) financeiro, mesmo (Karen).

Essa ideia se apresenta também na literatura, presente especificamente no trabalho de Peixoto *et al.* (2023), em que se identificou as principais dificuldades enfrentadas pelos gestores públicos na adoção de práticas sustentáveis na parte administrativa de uma universidade pernambucana. Nele, foi notado que os desafios mais críticos surgem a partir da falta de treinamento, recursos humanos e conhecimento dos atores envolvidos.

Além disso, outro fator que se insere dentro do tema “Desafios e barreiras”, é originado por parte da população da região em questão. Os entrevistados entram em concordância ao afirmarem que uma fração dos desafios é causado pela população, principalmente devido à falta de educação comunitária, à falta de conscientização e pelo esvaziamento do papel de ser cidadão, como aquele agente que possui deveres e direitos.

Na realidade, a população participa só usufruindo, porque, na realidade, ela não colabora com uma limpeza, com cuidar, tratar, até o próprio equipamento que fornece energia para a sua residência (...) agora, uma coisa que eu gostaria, O meu pensamento, era que a população participasse mais, justamente... É para poder, inclusive, com a arborização do nosso município. Porque é fácil você plantar uma árvore na frente da sua casa e não tomar de conta. Aí deixa a árvore crescer, passa o fio da concessionária de energia e fica caindo por cima de casa, não dá manutenção. Se todos nós tivéssemos a consciência de que plantar uma árvore é como se criar um pet, é como se cuidar até mesmo de um membro da família. O que você planta, você cuida, é bom para o município, para o mundo. Sim, humano. Você sabe (José).

Eu acho que, na verdade, é um... o costume, é o costume de que as pessoas não se preocupam com a sustentabilidade. Não costumam (Karen).

Apesar da relutância da população em se conscientizar, os entrevistados afirmam que existe grande esforço por parte do poder público para minimizar os impactos ambientais, a partir de práticas sustentáveis, e melhorar a qualidade de vida dos cidadãos da região de estudo, tais como: coleta e armazenamento do lixo nas residências e empresas e recolhimento de podas das

árvores. Vale ressaltar que essas práticas muitas vezes são feitas informalmente pelo poder público.

Aqui tem uma cultura da prefeitura coletar resíduos só de empresas, coletar poda de casas. O pessoal poda a própria árvore, botam no canto e esperam a prefeitura coletar. Como assim? Tem uma lei municipal que diz que, a partir de 50 quilos ou 100 litros de resíduo sólido, o armazenamento, transporte e destinação é de responsabilidade do próprio gerador. Então, na minha visão, inclusive, lógico, quando eu mando coletar, eu estou caindo em prevaricação. Quando eu estou atendendo uma coisa que era para eu fiscalizar e mandar que o cara resolvesse e multasse (Rogério).

O segundo tema é referente às parcerias públicas e governança corporativa. Tema esse que traz as parcerias existentes entre as secretarias do setor público da região, explicitado nas falas:

O pessoal da educação, o pessoal do turismo, muitas vezes o pessoal do patrimônio, que a gente precisa, às vezes, de alguma atividade. E a gente tem uma boa parceria com todos os secretários, e a gente acha que a gente vai conseguir avançar, sim (Rogério).

A gente dá uma ajuda em todas as secretarias da melhor maneira possível. Está na limpeza de um equipamento, fazendo o possível para poder colaborar, trabalhando em parceria, porque a coisa funciona (José).

A presença do governo federal surge como suporte imprescindível ao financiamento de políticas públicas locais:

Esse viveiro de mudas vai ser autossustentável, porque ele vai vender metade da produção, mas para iniciar a produção, a gente está aguardando uma emenda parlamentar. A gente já tem a área, já tem a equipe técnica. Falta recurso. E esse recurso, a gente já articulou com o Ministério do Meio Ambiente. (Rogério).

É que... Então, também, um recurso do governo federal de trazer esse fomento, o fomento da cultura também ajuda na sustentabilidade (Karen).

A supramencionada fala ilustra como os projetos ambientais de médio e longo prazo dependem de aportes externos e de articulação política ativa, revelando uma realidade comum a muitos municípios brasileiros: a fragilidade financeira local que limita a capacidade de planejamento autônomo. O recurso federal não apenas viabiliza a execução, mas também orienta o tipo de ação que será possível realizar. De forma semelhante, destaca-se como os convênios federais impactam diretamente os produtores locais:

Então, a prefeitura recebe um recurso do governo federal. Esse recurso serve para comprar, adquirir a produção desses agricultores familiares com o selo orgânico. Quem recebe essa alimentação? São as escolas, os CRAS (Centro de Referência à Assistência Social), os abrigos... Isso é reflexo direto da preservação ambiental. É o federal atuando na ponta aqui na base (Renata).

Essa fala articula sustentabilidade ambiental com inclusão social e segurança alimentar, evidenciando o alcance transversal dessas parcerias. Os convênios federais são, portanto, estruturantes, conectando políticas públicas de diferentes áreas com efeitos sociais e ambientais diretos.

O papel do governo estadual aparece de forma menos estruturada, mas ainda assim relevante. Há menções à Secretaria Estadual de Proteção Animal (SEPA), bem como à articulação com secretarias estaduais para obras de infraestrutura turística e cultural.

Esse Vet Móvel, que a gente conseguiu através do Instituto, pode ser contratado pela SEPA. Não tem lucro, o valor do contrato 'vira' mais castrações. E já estamos escrevendo projetos que podem ser financiados com verba estadual (Rogério).

Aqui, a parceria com o Estado se dá tanto via recursos quanto por meio de contratos técnicos, demonstrando uma articulação estratégica entre sociedade civil, governo municipal e estadual.

Tem uma (...) aqui que está cobrando ao Estado para organizar essa (...), revitalizar essa parte da praia. A gente não consegue desenvolver turismo naquela parte, porque a infraestrutura não chegou (Paula).

A fala explícita o papel do governo estadual na execução de obras de infraestrutura básicas, cuja ausência compromete o avanço de políticas sustentáveis locais, como o turismo ecológico e a mobilidade urbana sustentável. Em relação à estratégia de institucionalização das políticas sustentáveis é evidenciada por meio da atuação propositiva junto ao legislativo. Rogério detalha:

Nós escrevemos um projeto de lei que foi protocolado pelo deputado (...) Ele cria um programa de incentivo a projetos de meio ambiente e causa animal. A ideia é que seja como a Lei de Incentivo à Cultura ou ao Esporte (...) também estamos com uma proposta de lei municipal parecida, usando o ISS como incentivo (...) (Rogério).

A fala evidencia uma tentativa de estruturar financeiramente a política ambiental através de marcos legais, o que reduz a dependência de repasses esporádicos. A proposta de lei municipal, ao se ancorar na tributação local (ISS), também representa uma estratégia de autonomização financeira da política ambiental. Paula menciona a tramitação de uma lei voltada à estrutura turística sustentável.

Estamos com proposta já em pauta, para ser aprovada, de um aplicativo turístico, com banco de dados e informações ambientais. A gente precisa do legislativo para aprovar isso e avançar com o plano diretor da praia (Paula).

A necessidade de articulação com vereadores e deputados é apresentada como condição para implementação de tecnologias, estruturação de dados e ordenamento territorial. Ainda no campo legislativo, a parceria com vereadores aparece como elemento político necessário para dar viabilidade e legitimidade social às propostas.

Estamos preparando esse mesmo projeto de lei (de incentivo ambiental) para distribuir para outras prefeituras, mas aqui em (...) a ideia é articular com (os) vereadores. A gente precisa da base para aprovar e fazer rodar o projeto com apoio político (Rogério).

E temos também alguns vereadores que mandei chamar aqui os vereadores da Comissão do Turismo da Câmara Municipal. Para eles estarem apoiando a gente, eles vestiram a camisa, um deles, o Silvio Nascimento, fez o projeto de lei da festa, levou para a Câmara, foi aprovado, prefeito, sancionou (Paula).

As falas evidenciam que a construção de políticas públicas sustentáveis requer mais do que competência técnica; ela demanda também um sólido capital político no nível local, com destaque para a necessidade de articulação junto às instâncias legislativas municipais. Essa dimensão política é crucial, pois envolve a capacidade de mobilizar atores estratégicos e garantir coparticipação no processo de formulação e implementação (Koga *et al.*, 2019).

4.3 Impactos das Inovações

A categoria Impacto das Inovações pode ser compreendida por meio dos temas centrais: impactos ambientais, impactos socioeconômicos e impactos culturais, os quais refletem as diferentes dimensões em que as inovações sustentáveis passaram a operar no contexto municipal.

Percebe-se que os entrevistados reconhecem os efeitos dessas ações nas dinâmicas locais, atribuindo-lhes um caráter estratégico para o desenvolvimento do território. A análise revela, ainda, uma percepção de que tais inovações contribuíram para a entrega de valor público, fortalecendo a articulação entre sustentabilidade, eficiência administrativa e melhoria das condições de vida da população. Nas falas dos gestores evidenciam que as inovações implementadas resultaram em transformações concretas nas práticas institucionais e sociais.

Isso estimula um lazer, um entretenimento sustentável, a valorização do nosso próprio patrimônio natural, que são essas lagoas, E com o desenvolvimento e com o crescimento dessas barracas, de uma forma ecológica, pode-se gerar empregos diretos ou indiretos com a população, outra coisa, e, além do mais, se estimula também o turismo local (Renata).

É assim, né, a praia sustentável é a praia que atrai, é a praia que o turista gosta de 'tá', porque ela é mais organizada, ela é mais limpa, né. Ela é bem mais atrativa do que qualquer outra, então a gente já tem isso só por natureza (Paula).

De acordo com Sachs (2004), ações ambientais como: reflorestamento, controle e mitigação de impactos em corpos hídricos, revitalização de ecossistemas e manejo adequado de resíduos sólidos são estratégias fundamentais para garantir um modelo de desenvolvimento sustentável. Essas práticas, segundo o autor, promovem impactos ambientais positivos ao mesmo tempo em que integram as dimensões ecológica, econômica e social, fortalecendo a resiliência dos territórios e a qualidade de vida das populações.

Além da limpeza, nós temos muitas coisas a fazer. Nós aprovamos agora e foi sancionado pelo prefeito, um projeto para os catadores de lixo, para trabalhar a coleta seletiva. Essa coleta hoje não é uma coleta seletiva, é coleta que vai, ‘joga’ no Aterro e lá é aterrado e acabou. Então, já foi sancionado esse projeto de lei tratando sobre catadores de lixo para incentivar a coleta desses recicláveis” (Rogério).

O (prefeito), também nesses quatro, cinco meses, (...) essa questão de (des)afogar os rios, assim, de tirar, de limpar, fazer a drenagem dos rios dos ‘canais’ onde passa, né? Já para evitar esse impacto ambiental nesses bairros, foi ‘uma’ atenção da gestão do (atual gestor). Logo quando assumiu, né? que ele decretou o Estado de Calamidade no município. Justamente por conta disso, aí foi fazer essa limpeza, essa drenagem botou a Defesa Civil, envolveu todas as secretarias para atender essa questão ambiental (Karen).

Eu acho que a gente também, como gestão, A preocupação hoje maior ambiental, também da gestão, é o avanço do mar (...). E aí a gente faz um estudo, como já está sendo feito há alguns anos, esse estudo técnico, por qual é a motivação, onde está a questão desse avanço do mar. O mar está avançando cada dia mais e a preocupação está ficando maior na gestão. Na verdade, de todas as gestões, não é só do prefeito, dessa gestão, da qual gestão agora. A motivação, através de escuta pública, fazer esse mapeamento, o estudo técnico, sobre esse avanço do mar, onde ele está impactando ambientalmente, por que o mar está avançando da maneira que está (...) (Paula).

Os gestores demonstram preocupação com a adoção de fontes renováveis como estratégia de desenvolvimento sustentável. Destacam o potencial das energias solar e eólica para gerar emprego, qualificação e autonomia energética, com impactos positivos no meio ambiente e na economia local — especialmente para a juventude e cadeias produtivas. Essa visão amplia o entendimento da sustentabilidade, associando-a à inovação, justiça social e dinamização econômica. A transição energética, assim, é vista como vetor para o desenvolvimento integrado do território:

E tem uma novidade que eu estou tentando aqui conversar com o prefeito, inclusive com o secretário, também, é para poder ver se a gente coloca... Placa de energia solar em todos (os) chafarizes, adutora(s) do município para poder evitar queima disso, queima daquilo queima, queima de alguma coisa que pare. O sistema de abastecimento de água do município. (...) Com certeza, se for implantar um sistema (energias renováveis) desse aqui no nosso município, vai gerar mais emprego, com certeza, porque vai precisar de mão de obra qualificada e, com certeza, a juventude, fazendo cursos e mais cursos para poder trabalhar. Um sistema que vai desenvolver bem melhor tanto para o município, “no município” (José).

A gente está querendo trazer energia solar também, fazer um parque de energia solar (Paula).

O prefeito (...) tem um projeto de colocar energia solar nas escolas. Acho que isso também já influencia muito. Temos muitos projetos para avançar (Karen).

No tocante aos impactos socioeconômicos, os entrevistados destacam a importância dessas inovações à geração de emprego e renda, bem como à inclusão produtiva, trazendo independência para alguns indivíduos no que se refere a benefícios de transferência de renda, como mencionado nas falas dos gestores:

Acho que na próxima semana a gente consegue assinar, um instituto de reciclagem de material eletrônico. É um projeto fantástico, (...), que o cara tem um projeto de robótica com “reciclado eletrônico”. É fantástico o projeto do cara. É educação ambiental, educação eletrônica, educação de robótica, utilizando carcaças eletrônicas para fazer robô, para fazer brinquedo, para fazer uma série de coisas. Fantástico, projeto (Rogério).

Inclusive programas de inclusão produtiva com capacitação dessas pessoas que vão ser atingidas positivamente com emprego direto ou indireto. Com capacitações, e treinamentos, com entrevista de primeiro emprego, (...). E além do mais, isso pode trazer uma independência dos benefícios de transferência de renda. Essas pessoas que estão trabalhando principalmente na área de serviços, na área desse turismo local, essas pessoas começam a ficar independentes desse benefício de transferência de renda como o Bolsa Família (Renata).

Eu acho que a sustentabilidade, quando a pessoa (faz) (...) fica 'produzido' dentro do município, vamos supor, a questão de alimentação, a questão da colheita, a questão do reciclável, quando tudo ele consegue ser produzido dentro do município, a economia fomenta dentro do próprio município. Quando a gente não tem, por exemplo, uma agricultura ativa. E a gente precisa demandar de um outro município de outro estado, por exemplo. Então, eu acho que a gente pode contribuir na economia nesse sentido, quando a gente valoriza as pessoas que elas trabalham dessa forma, o município, prefeitura, grandes empresas. Comprar da própria Caucaia (Karen).

Para os gestores, as inovações sustentáveis têm impactos que extrapolam o ambiental, promovendo inclusão produtiva, geração de emprego e fortalecimento da economia local. São vistas como ferramentas de transformação social, ao integrarem capacitação profissional, autonomia financeira e empreendedorismo. Há ênfase na valorização da produção interna e na articulação intersetorial (agricultura, turismo, educação e tecnologia), formando um ciclo virtuoso de desenvolvimento. Assim, as inovações são entendidas como estratégias de reestruturação socioeconômica e de fortalecimento da gestão pública.

Ainda nessa perspectiva socioeconômica, Santos, Pinto e Silva (2021), ao buscarem identificar a adoção de práticas sustentáveis nos meios de hospedagem de Barra Grande e Jericoacoara, concluíram que, apesar do fortalecimento do turismo, essa consequência pode trazer de volta a preocupação com a sustentabilidade no desenvolvimento, devido à sazonalidade turística.

A dimensão cultural também emergiu como um eixo relevante nas falas dos gestores, revelando um entendimento mais amplo e integrador da sustentabilidade. Os entrevistados destacaram a valorização de práticas tradicionais e ancestrais, como o cultivo familiar, os modos de vida das aldeias indígenas, comunidades quilombolas e povos de terreiros, reconhecendo esses saberes como patrimônios vivos e estratégicos para o desenvolvimento local.

Digamos, olha, esses plantios que eu acabei de falar, essa produção, ela vem das serras, da Serra R, da Serra C, das aldeias indígenas, dos quilombolas, de certa forma valorizando a cultura desse povo, a cultura do cultivo dessas famílias, que são através dos nossos ancestrais, isso é valorização da cultura (Renata).

A gente tem ali um Centro de Artesanato que a gente quer revitalizar. também. (Paula). (...) o fomento da cultura também ajuda na sustentabilidade, porque quando a gente aprova projetos na gestão de agentes culturais, como quilombola indígena, que trazem para a gente e para o município oficinas de artesanato, que muitas vezes é de material sustentável, porque é do próprio meio ambiente (Karen).

Outrossim, os gestores destacam eventos culturais com temática ambiental como instrumentos de educação, engajamento social e estímulo à economia criativa. Essas ações fortalecem o sentimento de pertencimento e ampliam a conscientização sobre a participação cívica e a preservação ambiental. A cultura, nesse contexto, é vista como dimensão estratégica da sustentabilidade, capaz de mobilizar afetos, memórias e coletivos em torno de práticas transformadoras.

E aí eu falei 'da' intenção da gente trazer de volta esses desfiles para o município, porque muitas meninas, muitas crianças, adolescentes ainda têm esse sonho de ser modelo, de ser atriz, de fazer curso de teatro, bailarina, enfim. E aí a gente pensando... Como que a gente poderia fazer para trazer de volta esses desfiles, mas também numa pauta tão importante. Então, vamos ver se a gente consegue fazer 'de' material reciclável para que eles façam as próprias roupas. E aí a gente está com esse projeto em mente para realizar esse desfile próximo ao aniversário do município, em outubro. (...) Também a gente pretende incentivar, nessas feiras, por exemplo, feiras de exposição, para que possibilite também as outras pessoas que não têm tanto acesso a

conhecer esses trabalhos. De repente, fazer oficinas. A gente também já tem ideias de oficinas para que a pessoa que vive do artesanato, ela repassa a experiência dela para essas gerações futuras (Karen).

Assim, se tivesse um trabalho, tanto do município como do Estado, como do governo Federal, ensinando até mesmo fazendo com que nós pratiquemos esse tipo de cultura. Aí aí o negócio funcionava dentro das escolas para que a própria criança saísse. Já com essa formação e passar para os pais (...) (José).

As percepções dos gestores indicam que as inovações sustentáveis implementadas contribuíram para o desenvolvimento local ao gerar impactos positivos nas esferas ambiental, econômica e cultural. Alinhado à visão de Sachs (2004), percebe-se um modelo de desenvolvimento que integra sustentabilidade e inclusão. Como reforça Leff (2006), tais práticas fortalecem a gestão territorial e o protagonismo social.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo alcançou seu objetivo ao compreender as percepções de gestores públicos de um município nordestino sobre a influência de soluções sustentáveis no desenvolvimento local. A pesquisa evidenciou que esses gestores reconhecem a sustentabilidade como um elemento estratégico para garantir a qualidade de vida das futuras gerações, indo além das obrigações administrativas. Eles identificam déficits regionais em políticas de desenvolvimento sustentável, destacando a educação ambiental como pilar central para a conscientização e implementação de práticas transformadoras. As ações em andamento buscam integrar dimensões ambientais, socioeconômicas e culturais, revelando o potencial das soluções sustentáveis para promover mudanças concretas no território.

As contribuições deste trabalho residem no aprofundamento das percepções dos gestores e no fortalecimento do papel da gestão municipal na promoção de políticas públicas orientadas à sustentabilidade. A abordagem qualitativa permitiu captar a riqueza das narrativas, evidenciando os significados atribuídos pelos sujeitos às práticas sustentáveis e às estratégias de desenvolvimento local, o que amplia a compreensão sobre as dinâmicas institucionais e sociais no contexto estudado.

Além das contribuições alcançadas, este estudo apresenta algumas limitações que devem ser reconhecidas. Primeiramente, as percepções dos gestores públicos podem ter sido influenciadas por viés de desejabilidade social, dado o seu papel institucional e político, o que pode restringir a expressão de críticas mais incisivas ou revelações de fragilidades na gestão. Ademais, a ausência de triangulação com outras fontes de dados, como análises documentais, indicadores de desempenho ou observação direta, limita a robustez das inferências e a possibilidade de uma visão mais abrangente do fenômeno investigado. Por fim, o caráter transversal da coleta de dados, realizada em um período específico, impede o acompanhamento de mudanças nas percepções ao longo do tempo e a avaliação de impactos de longo prazo das ações sustentáveis implementadas.

Para pesquisas futuras, recomenda-se a realização de estudos longitudinais e comparativos, que possam acompanhar a evolução das práticas sustentáveis e seus impactos. Além disso, torna-se essencial investir na capacitação contínua dos gestores e no fortalecimento das parcerias intersetoriais, visando consolidar um modelo de desenvolvimento mais justo e resiliente.

Apesar dos desafios estruturais e financeiros enfrentados pelos municípios, o estudo mostra que iniciativas criativas e integradoras já vêm sendo articuladas no âmbito municipal, como o uso de energias renováveis, o fomento à cultura sustentável e os programas de inclusão produtiva. Tais achados reforçam a importância de valorizar os saberes locais e de potencializar o engajamento entre diferentes níveis de governo e sociedade civil para consolidar políticas públicas efetivas e enraizadas nos territórios.

Por fim, este estudo oferece uma contribuição prática e teórica ao demonstrar que a sustentabilidade, quando apropriada como valor estratégico pelos gestores locais, pode se materializar em ações transformadoras que promovem justiça social, desenvolvimento econômico e preservação ambiental. A continuidade desse processo requer engajamento político, institucionalização legal e mobilização coletiva em torno de um projeto de futuro sustentável e inclusivo.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, D. do N.; CORDEIRO, A. M. de L. A percepção de sustentabilidade do servidor público: uma análise em uma secretaria no estado do Pará. **Revista de Gestão e Secretariado**, [S.L.], v. 15, n. 6, p. 1-16, 14 jun. 2024. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.7769/gesec.v15i6.3888>. Acesso em: 24 jun. 2025.

BAPTISTA JUNIOR, Gualter; BEGNIS, Heron Sergio Moreira. Gestão Sustentável na Cadeia de Suprimentos da Indústria do Tabaco. **Revista de Gestão Social e Ambiental**, [S.L.], v. 15, p. 1-19, 28 set. 2021. RGSA- Revista de Gestão Social e Ambiental. <http://dx.doi.org/10.24857/rgsa.v15i1.2722>.

BARDIN, L. J. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BEZERRA, L. G. S.; GRIGIO, A. M.; PESSOA, Z. S.; DAMASIO, W. M. B. Qualidade ambiental como suporte ao planejamento e à gestão: estudo aplicado à cidade de Mossoró/RN. **Desenvolvimento Regional em Debate – DRd**, v. 14, p. 643–668, 2024. Disponível em: <https://periodicos.unc.br/index.php/drd/article/view/5140>. Acesso em: 8 jun. 2025.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Diretrizes para a Política Nacional de Educação Ambiental**. Brasília: MMA; MEC, 2005. (Série Documentos Técnicos, 5).

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso Futuro Comum**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1987.

FERNANDES, A. M.; TEIXEIRA, O. S.; MATOS, G. B. da C.; SALMAN, A. K. D. Desenvolvimento regional e mudanças climáticas: uma análise bibliométrica. **Desenvolvimento Socioeconômico em Debate**, Criciúma, v. 10, n. 1, p. 174–188, 2024. Disponível em: <https://periodicos.unesc.net/ojs/index.php/RDSD/article/view/8055>. Acesso em: 26 maio 2025.

FERNANDES, J. A. L.; SOUZA, A. C. A. A. de. Comunidades e Tecnologias Sociais na Concepção de Modelos de Negócios Sustentáveis na Amazônia - O Caso Da Tribu. **Revista de Administração Contemporânea**, [S.L.], v. 28, n. 6, p. 1-15, 24 jan. 2025. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-7849rac2024240180.por>. Acesso em: 24 jun. 2025.

GADOTTI, M.. Educação e sustentabilidade: um novo paradigma educativo. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 110, p. 21-30, nov. 2000.

GODOI, C.; BALSINI, C. A pesquisa qualitativa nos estudos organizacionais brasileiros: uma análise bibliométrica. In: GODOI, Christiane Kleinübing; BANDEIRA-DE-MELLO, Rodrigo; SILVA, Anielson Barbosa (orgs.). **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos**. São Paulo: Saraiva, 2006. cap. 3, p. 89-112.

JI, Z.; ZHOU, T.; ZHANG, Q. The impact of digital transformation on corporate sustainability: Evidence from listed companies in China. **Sustainability**, Basel, v. 15, n. 3, p. 2117, 2023. DOI: 10.3390/su15032117. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/su15032117>. Acesso em: 14 jul. 2025.

LEFF, E. **Racionalidade ambiental: a reapropriação social da natureza**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

LEMOS, R. Rodrigues *et al.*. CULTURA ORGANIZACIONAL EM ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA. In: CACES - **Congresso de Administração, Contabilidade, Economia e Sustentabilidade**. Anais...Belo Horizonte (MG) PUC Minas, 2024. Disponível em: <https://www.event3.com.br/anais/caces/804383-CULTURA-ORGANIZACIONAL-EM-ORGANIZACOES-PUBLICAS--UMA-REVISAO-SISTEMATICA>. Acesso em: 14 jul. 2025.

KOGA, N. M.; VIANA, R. R.; CAMÕES, M. R. de S.; FILGUEIRAS, F. de B. G. Capacidades do serviço civil na implementação de políticas públicas: resultados de um survey na Administração Federal Brasileira. In: LOTTA, Gabriela (org.). **Teorias e análises sobre implementação de políticas públicas no Brasil**. Brasília: Enap, 2019. cap. 6, p. 153-192.

MENÊZES, A. K. M. de; MARTINS, M. de F.. Conexões entre as temáticas Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), Indicadores de Sustentabilidade e Gestão Municipal Sustentável: uma revisão sistemática da literatura contemporânea. **Research, Society and Development**, [S.L.], v. 10, n. 5, p. 1-15, 17 maio 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v10i5.15309>. Acesso em: 24 jun. 2025.

MINAYO, M. C. de Souza (org.). **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2016.

OLIVEIRA, E. A. de A. Q. Sustentabilidade, desenvolvimento e ciência regional. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Lajeado, v. 19, n. 3, 2023. Disponível em: <https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/7292>. Acesso em: 26 maio 2025.

PAES SILVA, J. C.; CUNHA, G. R. Sustentabilidade municipal na trilogia social, ambiental e econômico-financeira: uma análise da alocação dos recursos públicos do município de Porto Firme/MG. **REUNIR Revista de Administração Contabilidade e Sustentabilidade**, v. 14, n.1, p.1–28, 2024. Disponível em: <https://reunir.revistas.ufcg.edu.br/index.php/uacc/article/view/1234>. Acesso em: 26 maio 2025.

PEIXOTO, Carol Soares Bezerra de Sá; MORAES FILHO, Rodolfo Araújo de; MANDË, Maria Jaqueline da Silva; BATISTA, Agleilson Souto; ALBUQUERQUE, José de Lima; VENTURA, Antônio Aritan de Oliveira; CABRAL, Romilson Marques; LINS, Rafaela Rodrigues. Sustainable practices in a higher education institution: an approach to implementation difficulties in the garanhuns academic unit of the federal rural university of pernambuco. **Revista de Gestão e Secretariado**, [S.L.], v. 14, n. 1, p. 347-366, 12 jan. 2023. Brazilian Journals. <http://dx.doi.org/10.7769/gesec.v14i1.1517>.

PEREIRA, I. P.-P.; DA COSTA, G. P. Gestão pública integrada e sustentabilidade organizacional. **Revista de Gestão e Secretariado**, [S. l.], v. 14, n. 6, p. 9297–9317, 2023.

DOI: 10.7769/gesec.v14i6.2302. Disponível em:
<https://ojs.revistagesec.org.br/secretariado/article/view/2302>. Acesso em: 14 jul. 2025.

PINTO SENA, A. R. C.; VASCONCELOS, F. T.; MEIRA DE VASCONCELOS, A. Innovation Culture in Public Organizations: A Systematic Literature Review. **Future Studies Research Journal: Trends and Strategies**, São Paulo, v. 16, n. 1, p. 01–18, 2024. DOI: 10.24023/FutureJournal/2175-5825/2024.v16i1.821. Disponível em: <https://doi.org/10.24023/FutureJournal/2175-5825/2024.v16i1.821>. Acesso em: 14 jul. 2025.

POUPART, J.. A entrevista de tipo qualitativo: considerações epistemológicas, teóricas e metodológicas. In: POUPART, Jean; DESLAURIES, Jean-Pierre; GROULX, Lionel-H.; LAPERRIÈRE, Anne; MAYER, Robert; PIRES, Álvaro (orgs.). **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008. cap. 5, p. 215-253.

SACHS, I.. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SILVA, J. C. P. CUNHA, G. R. Sustentabilidade municipal na trilogia social, ambiental e econômico-financeira: uma análise da alocação dos recursos públicos do município de Porto Firme–MG. **Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade**, v. 14, n. 3, p. xx–xx, 2023. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/75871/sustentabilidade-municipal-na-trilogia-social--ambiental-e-economico-financeira--uma-analise-da-alocacao-dos-recursos-publicos-do-municipio-de-porto-firme-mg->. Acesso em: 8 jun. 2025.

SIMETTE, C. A.; REZENDE, D. A.; SEQUEIRA, D. F. Q. . ESTRATÉGIAS MUNICIPAIS, SERVIÇOS PÚBLICOS E CIDADE DIGITAL ESTRATÉGICA: CASO DE CAMPO LARGO, PARANÁ, BRASIL. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, Boa Vista, v. 22, n. 65, p. 46–76, 2025. DOI: 10.5281/zenodo.15428625. Disponível em: <https://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/7091>. Acesso em: 14 jul. 2025.

SILVERMAN, D.. **Interpretação de dados qualitativos: métodos para análise de entrevistas, textos e interações**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

VERGARA, S.. **Projetos e relatórios de pesquisa em Administração**. São Paulo: Atlas, 1998.

WEBER, M. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. 4. ed. Brasília: Editora UnB, 1999. 2 v.

WOLFFENBÜTTEL, R. F.; GARCIA, S. R. Desenvolvimento sustentável empresarial: práticas e concepções sobre sustentabilidade na cadeia produtiva do plástico verde. **Civitas - Revista de Ciências Sociais**, [S.L.], v. 20, n. 2, p. 198-209, 16 jul. 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.15448/1984-7289.2020.2.31887>. Acesso em: 24 jun. 2025.